

7- PROSTITUTA: MULHER DE FAMÍLIA

A imagem social da mulher sofreu e ainda sofre constantes mudanças na sociedade, sendo valorizada em certas instâncias e repudiada em outras.

No ambiente familiar, isso não é diferente. Ou melhor, talvez seja nesse ambiente que a imagem da mulher se firme e se expanda para sociedade, transmitindo para todos os campos a posição social feminina.

Na sociedade patriarcal, por exemplo, foi fixada uma imagem de mulher submissa ao marido e servidora aos filhos. Vasconcelos (2005) menciona que essas mulheres eram “reclusas no mundo doméstico, circunscritas ao silêncio do mundo privado, elas não teriam uma história”, visto que, somente o espaço público, destinado aos homens, possuía importância. No período colonial as mulheres não podiam frequentar escolas, ficando dessa forma excluídas do âmbito da educação formal, destinada apenas aos homens. A mulher aprendia a costurar, bordar, cozinhar e, as mais abastadas, a pintar e tocar algum instrumento. A leitura e escrita deveriam ser as mínimas possíveis, isso dependendo da rigurosidade do pai, que, em muitas vezes não permitia que as filhas aprendessem a ler e escrever. Em contrapartida eram treinadas para uma vida reclusa, onde o casamento, a administração da casa, a criação dos filhos eram seus maiores deveres. (Souza, 2007 e Souza, 2000). Essa é a mulher “direita”, a rainha do lar, mãe dos filhos de seus maridos.

As relações sexuais com essas mulheres tinham um fim principalmente procriativo, pois era vista como imaculada. Ribeiro (2007) comenta que, quando as mulheres se casavam, seguiam para a lua-de-mel sem informações sobre sexo ou mesmo sobre o que ocorreria. O sexo ocorria às escuras, sendo o corpo feminino coberto por um lençol que permitia apenas a visão dos órgãos sexuais. O prazer sexual masculino ficava a cargo das negras escravas e das prostitutas, e, à esposa era proibido sentir tal prazer já que o sexo cabia somente à reprodução. Caso contrário, se trataria de um pecado mortal de ambos os cônjuges, que estariam transformando o sagrado matrimônio em uma atividade mundana, trazendo o prazer e o desejo para um contexto onde deveria predominar o respeito e a ternura, cabendo as mulheres, portanto, tolerarem as relações extra matrimoniais com as escravas ou prostitutas. As “mulheres de família”, que eram vistas como honradas, portanto, deveriam seguir os padrões

e normas que a sociedade impunha, exaltando as virtudes de uma vida recatada e submissa ao poder masculino, ora do pai, ora do marido.

Já as mulheres que não se encaixavam nesse modelo, seja por classe econômica ou por ter sofrido algum abuso e com isso perdido a virgindade, era o resto, a escória da população, as prostitutas. Essas mulheres tinham como função social satisfazer as necessidades e impulsos sexuais masculinos, protegendo a moça virgem de possíveis estupros ou violações, sendo consideradas pela sociedade e pela Igreja como um mal necessário (Pereira, 1968). Muitas eram mulheres pobres e marginalizadas que dependiam da prostituição para conseguirem sobreviver e sustentar sua família. O conceito de “moça de família” pode ter surgido deste contexto, no qual a menina virgem que estava para se casar vinha de uma família tradicional sendo encaminhada através do casamento a outra família igualmente tradicional. Já a prostituta não seria vista como “de família”, pois suas atividades levavam ao estereótipo de quem não tinha boa origem, não vinha de uma família tradicional e estava ali para servir o homem. E os filhos dessas mulheres também não seriam reconhecidos pela sociedade, sendo discriminados como os “filhos da puta”.

Deve-se lembrar que, nos dias de hoje, ser chamado de “filho da puta” é um insulto, chamando o sujeito de mau caráter, má índole. Ora se a prostituta trabalha naquilo que não é socialmente aceito, logo seus descendentes não são fruto de alguém do bem. Além disso, até hoje, a sociedade não consegue visualizar a figura de uma mãe cuidadosa tendo como profissão a prostituição. As imagens de imaculada da moça de família e de pervertida mundana da prostituta não são fáceis de serem fundidas no imaginário social.

O objetivo desse capítulo é visualizar ao longo da história da família, o papel da mulher, seja ela “mulher de família” ou “mulher da rua”, com a finalidade de demonstrar como o preconceito estabelece diferenças e as separa em dois tipos de mulheres diferentes. Perante sociedade, uma mulher não pode ser ao mesmo tempo mãe e prostituta, pois ambas as imagens não são compatíveis, e estas acabam escondendo suas profissões para evitar discriminação a si e a sua família. Além disso, é objetivo também observar como as prostitutas criam seus filhos e convivem em suas famílias, vivendo um duplo papel de trabalhadora do sexo e mãe de família.

7.1 A Família E A Mulher Brasileira: Os Diferentes Papéis Ao Longo Do Tempo

*“Família! Família!
Papai, mamãe, titia
Família! Família!
Almoça junto todo dia
Nunca perde essa mania...”
Titãs - Família*

Família constitui o primeiro grupo social de qualquer sujeito. Engels (1987) realça que a expressão foi inventada pelos romanos para designar um novo organismo social, cujo chefe mantinha sob seu poder a mulher, os filhos e certo número de escravos, com o pátrio poder romano e o direito de vida e morte sobre todos eles.

Entretanto, a família, tal qual é vista nos dias de hoje, passou por diversas transformações ao longo do tempo. Enfatizando a família brasileira, Neder (1994) afirma que houve dois modelos básicos de família-padrão: a família patriarcal e a família burguesa. Samara (2002) discute que pesquisas recentes tem evidenciado que as famílias do tipo patriarcal extensas não foram predominantes em sua época conforme afirmavam Gilberto Freyre e alguns de seus contemporâneos, sendo as famílias com estruturas mais simples e com menos integrantes o tipo mais comum de organização. Um exemplo é que na cidade de São Paulo em 1836 havia o predomínio das famílias nucleares, com o número médio de habitantes por domicílio entre 1 e 4 membros em sua maioria, sendo as famílias extensas uma forma de organização familiar, não representando nem 26% dos domicílios, conforme podemos ver na tabela abaixo:

		%	% acumulada
Singulares	161	16,6	10,6
Desconexos	420	27,7	38,3
Nucleares	523	35,4	72,8
Extensos	18	1,2	74,0
Aumentados	382	25,2	99,2
	12	0,8	100,00
Total Geral	1.516	100,00	100,00

Fonte: DAESP, 1836.

TABELA 1: NÚMERO DE FAMÍLIAS DE CADA ESTILO DE FORMAÇÃO

Percebe-se de acordo com esse dado que a família brasileira não apresentou grandes transformações quanto à estrutura e ao número médio de membros de 1836 para os dias de hoje.

A estrutura econômica do Brasil colônia, no início dos séculos XVI e XVII, era agrária, assentada nas plantações de cana localizadas no Nordeste, influenciada pela aristocracia portuguesa, do cotidiano dos fazendeiros plebeus e das diferenças e interações sociais definidas pelo sistema escravista (D’Incao, 2009). A família patriarcal era a base desse sistema e, por suas características quanto à composição e relacionamento entre seus membros, estimulava a dependência na autoridade paterna e solidariedade entre os parentes. Segundo Samara (2004), a família brasileira era uma vasta parentela que se expandia, verticalmente, através da miscigenação, e horizontalmente, pelos casamentos com a elite branca. O modelo de família patriarcal poderia ser assim descrito: um extenso grupo composto pelo núcleo conjugal e sua prole legítima, ao qual se incorporavam parentes, afilhados, agregados, escravos e até mesmo concubinas e bastardos; todos abrigados sob o mesmo domínio, na casa-grande ou na senzala, sob a autoridade do patriarca, dono das riquezas, da terra, dos escravos e do mando político. A anexação desses outros elementos a família de base é que conferia à família patriarcal uma forma específica de organização, o conceito de família patriarcal como sinônimo de família extensa. A casa-grande foi símbolo desse tipo de organização familiar que se implantou na sociedade colonial, sendo núcleo doméstico para onde convergia a vida econômica, social e política. O poder de decisão pertencia ao homem como protetor e provedor da mulher e dos filhos, exercendo influência nas relações jurídicas e a autoridade do chefe da família. Ainda se caracterizaria por traços

tais como: baixa mobilidade social e geográfica, alta taxa de fertilidade e manutenção dos laços de parentesco com colaterais e ascendentes, tratando-se de um grupo multi-funcional.

A Igreja Católica pregava a indissolubilidade do matrimônio, no qual cônjuges não poderiam ter amor-paixão ou outro sentimento semelhante, tendo-o como uma instituição básica para a transmissão do patrimônio, originado de acordos familiares e não pela escolha pessoal do cônjuge. Na visão da Igreja, os cônjuges deveriam se unir não por amor, mas para pagar o débito conjugal, procriar e lutar contra o adultério, abolindo afetos ou anseios desregrados da alma ou do corpo através de um treinamento pedagógico. Os textos desse período produzidos pela Igreja transmitem o temor da mulher dominadora do casamento, trazendo como ameaça não somente as vontades femininas, mas como também a sua beleza física. A beleza era temida, pois associava a mulher diretamente a um instrumento de pecado, um veículo de perdição da saúde e da alma de seu marido (Samara, 2002; Priore, 2009).

Na família patriarcal tradicional, os papéis de gênero eram bem delimitados. O homem comandava totalmente a casa e as pessoas que nela habitavam. A rígida moral sexual que atormentaria as mulheres, o culto à maternidade e a clara divisão das tarefas, concentrando toda atividade remunerada e externa no homem e fazendo da vida doméstica uma responsabilidade plena e “naturalmente” feminina, são algumas características desse tipo de organização. Era imposta a dicotomia sexual, na qual o homem era ativo, detentor do desejo sexual e a mulher, por sua vez, ocupava um papel passivo, submisso e que se conforma com o que lhe é considerado correto e desejável. Era objetivo do Estado e da Igreja controlar a sociedade através do adestramento dos afetos, dos amores e da sexualidade, principalmente a feminina, tendo a relação entre os sexos mais próxima do ideal da sociedade católica, evitando, assim, as infrações que os pudessem perturbar (Priore, 2005).

De acordo com Vaitsman (1994), as mulheres tinham diferentes papéis sociais dentro da função doméstica, podendo ser escravas, senhoras ou mulheres livres. As escravas exerciam trabalhos na lavoura e inúmeras atividades cotidianas das fazendas (lavar, cozinhar, costurar, fabricar sabão, cuidados com crianças e idosos, etc.), já as senhoras administravam o trabalho das escravas e, quando viúvas ou por invalidez do marido, geriam os negócios

da família. As mulheres livres e pobres eram vendedoras ambulantes de produtos artesanais feitos por elas próprias, empregadas nos armazéns, agricultoras de subsistência, costureiras, doceiras, prostitutas, etc.

Segundo Samara (2004), a mulher deveria estar sempre dominada por um homem. Portanto, em um casamento, a mulher trocava a tutela de seu pai para a de seu marido, passando a cuidar de uma casa e dos filhos, desempenhando a função doméstica que lhes estava reservada.

Priore (2009) afirma que esse adestramento feminino teve como base dois discursos: o de ideal de comportamento vindo da metrópole e adaptado pela Igreja e o discurso médico.

A Igreja adaptou alguns valores sociais a um discurso religioso baseado em textos bíblicos e jurídicos, dando à mulher uma imagem desvalorizada, valendo de sermões para difundir a figura da “mulher-diaba”. Os comportamentos femininos estavam associados a tabus e autoconstrangimentos e havia uma necessidade de adestrá-las, como uma atividade civilizatória, importante aspecto do processo de colonização. O discurso da Igreja era algo muito presente, pois detinha um monopólio ideológico e religioso na organização da nova sociedade. Controlava o cotidiano das pessoas pela orientação ética, exercia severa vigilância doutrinal e estabelecia os moldes familiares vigentes da tradição européia na sociedade colonial. A Igreja pregava também que a redenção dos pecados e a via da ressurreição se davam nas penas da vida conjugal, no sofrimento e nas angústias. A sexualidade bestializava o homem e a mulher deveria evitar essa perversão de seu marido através de imediata concepção, honrando assim a união e sendo abençoada, pois as mulheres que não fecundavam eram consideradas malditas.

O discurso médico serviu como garantia ao religioso, pois afirmava que a função natural da mulher era a procriação. Caso não a realizasse, espalhava melancolia, produzia luxúria, e por isso, deveria ser condenada à exclusão. A medicina ainda enfatizava que a mulher possuía um corpo sem prazeres físicos, mas eficiente, útil e fecundo, mudando esse quadro só tempos mais tarde, final do século XVII, com as pesquisas de Leeuwenhoek e De Graaf que revelaram a posição ativa da mulher na reprodução com a descoberta de seu “ovo” ou óvulo (Priore, 2009).

Portanto, o corpo feminino não poderia ter prazeres físicos dentro da normalidade pretendida pela medicina e pela Igreja. Afinal, somente como

mãe, a mulher revelaria um corpo e uma alma saudáveis. Deste modo, domesticando as mães que viviam concubinas, amancebadas, prostituídas poderia se assegurar o estabelecimento de uma sociedade familiar nos moldes vigentes na tradição européia. A maternidade tinha como função a resistência ao controle masculino e um refúgio para a exploração doméstica e sexual, para o abandono e solidão (Priore, 2009).

Após as descobertas das minas de ouro, na década de 1690, houve um deslocamento do eixo econômico da região Nordeste para o Sul. A sociedade formada nesta região era uma mescla de raças e de origens diversas, apesar do controle acirrado da Igreja e da Coroa portuguesa. Havia um grande número de celibatários, o que gerou um aumento nos concubinatos e na ilegitimidade. Além disso, mulheres exerciam atividades econômicas fora do ambiente doméstico e quando eram mães solteiras, chefiavam suas famílias. Como se pode perceber, os poderes constituídos não eram seguidos pela maior parte da população. Já nos engenhos de cana paulista faltava mão de obra escrava, cabendo aos lavradores e suas famílias trabalharem na terra. No meio urbano, surgiam pequenos negócios e uma gama variada de serviços que ofereciam oportunidades para a população desvinculada do setor exportador, o que favoreceu a atuação das mulheres trabalhadoras que estavam presentes por toda parte e ocupavam espaços que sobravam devido a migração masculina e falta de escravos. Com isso, a organização familiar e das relações de gênero começava a se alterar, rompendo com a estrutura do sistema patriarcal, destituindo o papel reservado aos sexos e à rígida divisão de tarefas e incumbências (Samara, 2002).

Apesar de manter fortes raízes agrárias, a população das cidades, a emergente burguesia urbana, no século XIX, é inserida no contexto de implantação de novos valores que substituíram progressivamente a tradicional família patriarcal, que vivia confinada à zona rural, pela família urbana, menos extensa, mais próxima das necessidades pertinentes às mudanças econômicas, políticas e sociais. As práticas da família urbana se desenvolveram no contexto da abolição da escravatura, da imigração européia, do desenvolvimento incipiente da industrialização, das mudanças políticas do país e da emergência das classes médias. A evolução da economia, com a abertura dos portos e a introdução de novos valores sociais, com a vinda da Corte, deram à sociedade brasileira novos matizes e possibilidades por suas repercussões. As populações

urbanas foram as que mais de perto perceberam as novas influências de pensamentos filosóficos que enfatizaram a ideologia das concepções teóricas decorrentes das mudanças dos comportamentos (Samara, 1989).

A família burguesa (Neder, 1994) seria uma mistura entre o conservadorismo moralista vitoriano e as práticas sociais da Belle Époque francesa. Conforme D’Incao (2009), no fim do século XIX e início do século XX, havia ideias de modernizar e civilizar o Rio de Janeiro, capital do Brasil na época, em oposição à antiga cidade de sociedade patrimonial. A cidade burguesa passava a lutar contra comportamentos, atitudes e expressões tradicionais que eram considerados inadequados para a nova situação, cuja proposta era constituir uma população civilizada como os europeus, principalmente como os franceses. A rua passou a ser lugar público e a casa lugar privado, cisão que não havia anteriormente. A disposição do interior das casas tornou-se mais aconchegante, dando limites do convívio e distância entre classes sociais, permitindo um processo de privatização da família marcado pela valorização da intimidade.

A família-padrão, segundo Neder (1994), convivia com outras famílias de várias origens (indígenas ou africanas) e, a partir disso, a organização das famílias brasileiras só pode ser compreendida de acordo com a diversidade étnica e cultural do Brasil. Rocha-Coutinho (2005) diz que a passagem da família patriarcal para a família burguesa foi bastante ampla, pois envolvia desde as relações de produção até a constituição de subjetividade, em que se acentuam a intimidade, a identidade pessoal e a individualidade. Uma mudança, portanto, nas prioridades da vida passa a ocorrer, enfatizando o livre arbítrio e a busca da felicidade pessoal.

Segundo Samara (1989), ainda no século XIX, haviam diversos aspectos que impediam o casamento entre as pessoas brancas, pobres ou não, principalmente o problema de faltas de cônjuges elegíveis que tivessem características seletivas como riqueza e a origem do indivíduo. Em todas as camadas sociais, homens e mulheres ofereceram resistências aos apelos da Igreja em sacramentar as uniões ilegítimas e, com isso, promoveu a ausência de matrimônios instituídos nos moldes da cristandade, diminuindo o índice de nupcialidade no Brasil. Portanto, mesmo diante das dificuldades estabelecidas para sua efetivação no Brasil, o casamento ainda representava, pelo menos para uma pequena parcela da população, a união de interesses na manutenção do

prestígio e da estabilidade social. Para as famílias era preferível enviar suas filhas para os conventos a vê-las casadas com funcionários ou oficiais da Coroa, uma vez que isso significava se casar com pessoas de baixo prestígio.

A partir da segunda metade do século XIX, houve mudanças no modo de organização da vida social e de relacionamento familiar entre as elites urbanas. Conforme Vaitsman (1994), o desenvolvimento da família conjugal moderna se deu devido ao casamento por livre escolha e a reformulação dos papéis de homens e mulheres no casamento, o que estimulou novos modelos de comportamento masculino e feminino. Com isso, o discurso médico passou a exigir a transposição da divisão entre sexo e amor, típico das famílias patriarcais das elites rurais, fortalecendo a integração desses dois elementos no casamento, transformando-os em normas de saúde. O amor foi fundado como um valor moral na luta pelo direito de livre escolha do cônjuge, indo de encontro as razões do grupo familiar. Criou-se, a partir disso, um novo código, mais coercitivo, de relações entre homens e mulheres, no qual as obrigações entre marido e mulher deveriam seguir regras estabelecidas, cabendo ao indivíduo que não seguiu-las, a responsabilidade pela dissolução da família (Costa, 2004).

Com o desenvolvimento econômico no Sul provocado pela cafeicultura e com as modificações políticas como a Independência e a República ocorreram alterações no sistema de mão de obra com a abolição da escravatura e a entrada de imigrantes. Segundo Hahner (1990), durante a segunda metade do século XIX, abriram-se novas oportunidades de emprego na indústria e na burocracia, cabendo as mulheres ocuparem uma parte desse mercado.

Giddens (1993) afirma que a “invenção da maternidade”, ou melhor, o valor atribuído ao ato de ser mãe, faz parte de um conjunto de influências sociais que afetaram as mulheres a partir do final do século XVIII, tais como o surgimento da ideia de amor romântico; a criação do lar, separação entre espaço privado e público; modificação das relações entre pais e filhos. Ao final do século XIX, o autor aponta que houve um declínio do poder patriarcal, pois as mulheres passaram a ter mais controle na criação dos filhos, deslocando a autoridade patriarcal para a afeição maternal e associando a maternidade com feminilidade. Com isso, o papel social da mulher ficou limitado à realização da maternidade, atribuindo-lhe todos os deveres e obrigações na criação dos filhos.

Entretanto, nem todas as mulheres tinham condição de assumirem com exclusividade o papel de mãe, pois muitas precisavam trabalhar, sendo mães numa condição mais difícil. Havia uma grande distância entre o ideal da mãe educadora e dedicada aos filhos, com a vida cotidiana das mães de origem mais modesta (Knibielher e Fouquet, 1977). Foi a partir da consolidação da sociedade industrial que houve a transição de um modelo tradicional de maternidade (mulher mãe, com grande número de filhos) para um modelo moderno de maternidade (mulher tem outras funções sociais além de mãe, o que leva a um número menor de filhos e um planejamento maior). Neste momento, em que as mulheres começaram a associar trabalho fora do lar e maternidade, instaurou-se a ideia da dupla responsabilidade, que se fortaleceu no século XX com os avanços da industrialização e da urbanização. A denominada “dupla jornada de trabalho” revelou uma importante mudança nos padrões da maternidade (Bruschini, 1994; Abramo e Paiva Abreu, 1998).

A partir do momento em que a mulher passa a ter uma educação formal e uma formação profissional, no decorrer do século XX, essa dupla jornada de trabalho leva a mulher à dimensão reflexiva sobre o ser ou não mãe, passando a ser, portanto, uma decisão racional influenciada por fatores como condições subjetivas, econômicas e sociais das mulheres e do casal (Giddens, 1991).

Apesar da pílula anticoncepcional só ter sido lançada nos anos 1950, o controle da fecundidade, segundo Shorter (1992), já existia de diversas formas, principalmente com o uso de drogas abortivas. No final do século XIX, as mulheres começam a limitar cada vez mais o número de nascimentos para conseguirem ganhar mais espaço no mercado de trabalho. Cabe ressaltar que tal recusa de maternidade teve uma condenação social muito forte, e ainda tem nos dias de hoje, persistindo em sociedades que são contrárias ao aborto e que de certa forma continuam associando a imagem da mulher obrigatoriamente a imagem de mãe.

Na segunda metade do século XX, a família organizada patriarcalmente, na qual o pai toma as principais decisões e é detentor de todo poder, passou a ceder lugar a um modelo de família que tem o poder distribuído de maneira mais igualitária. A entrada da mulher no mercado de trabalho e, com isso, sua emancipação financeira, modificando a imagem daquela que era dependente do “chefe de família”, perturbou o pátrio poder. Logicamente, isso gerou diversas mudanças na família: número de divórcios e

separações aumentou; aumento da idade escolhida pelas mulheres para se casarem (de acordo com o aumento dos índices de escolaridade); número crescente de relações conjugais não legalizadas, devido não só a maior independência financeira feminina como também da liberdade sexual. Com a descoberta das técnicas anticoncepcionais, o tabu da virgindade que sustentava o casamento monogâmico, que fazia as mulheres iniciarem a vida sexual depois de seu casamento, deixou de fazer sentido, dando às mulheres a capacidade de diversificar suas experiências sexuais, separando sexualidade feminina a obrigatoriedade e medo da procriação, permitindo assim sua independência sexual (Kehl, 2003). As mulheres, segundo Roudinesco (2003), haviam conquistado com a pílula o poder de decidir se queriam ou não engravidar, se dando a possibilidade de serem estéreis, libertinas, sem serem condenadas moralmente. A pílula lhes proporcionou um controle de nascimentos, mas também tornou possível, assim como os homens, procriar de diversas uniões e seus filhos passaram a coabitar em famílias co-parentais, recompostas, biparentais, multiparentais, pluriparentais ou monoparentais.

Langevin (1984) complementa que nas sociedades industrializadas modernas, com o aparecimento do planejamento seguro dos nascimentos possibilitando a escolha do melhor momento para se ter um filho, houve um retardamento da idade em que as mulheres passaram a ter o primeiro filho, modificando a idéia de recusa circunstancial da maternidade para uma escolha de maternidade. Ferrand (1994) destaca uma relação entre a idade de as mulheres terem o primeiro filho e o meio social das mesmas, demonstrando que o primeiro nascimento é mais adiado quanto mais elevado é o nível de formação da mãe. Os motivos desta escolha da maternidade estão associados a diversas causas que, isoladas ou conjuntas, se explicariam em uma interseção dos aspectos biológico, subjetivo e social, tais como desejo pela reprodução das espécies; busca de um sentido para a vida; necessidade de valorização e de reconhecimento social. Já em relação aos fatores especificamente sociais para a mulher planejar sua gravidez, pode-se encontrar tais causas: condições econômicas e culturais das famílias; projetos e possibilidades profissionais das mulheres; facilidades ou dificuldades que variam de uma cultura para outra. Com o advento da contracepção médica moderna, principalmente a pílula contraceptiva, as mulheres puderam ter acesso a um controle eficaz e socialmente aceito da fecundidade (Scavoni, 2001).

Um dos grandes impactos na família e no padrão da maternidade foi a queda da natalidade através de uma intensa política de controle demográfico, o número de filhos caiu nos últimos 50 anos, passando de 6,2 filhos por mulher até 1,94 filhos em 2008/ 2009. Em 2009, a quantidade de pessoas em uma família é de 3,1, o que reforça a percepção de uma estrutura familiar mais enxuta com marido, mulher e apenas um filho (PNAD,2009).

Além disso, houve transformações nos arranjos familiares, tais como família monoparental, número de famílias chefiadas por mulheres aumentou, família homoparental, família formada a partir de recasamento etc.

Segundo Scavoni (2001), a transformação da maternidade fez gerar diferentes tipos de mães (mães donas de casa, mães chefes de família, mães de “produção independente”, “casais igualitários”) que buscam soluções para os cuidados das crianças enquanto trabalham (escolas com tempo integral, creches públicas, babás, vizinhas ou avós solícitos), tentando, com isso, seguir tanto as pressões demográficas como as diferentes pressões feministas e os desejos e anseios de cada mulher. A autora ainda enfatiza que, apesar do modelo da maternidade reduzida diminuir a ambigüidade entre vida profissional e vida familiar, a realização da maternidade continua sendo um dilema para as mulheres que querem seguir uma carreira profissional, pois elas ainda assumem a maioria das responsabilidades parentais.

Além do advento da pílula anticoncepcional, durante a segunda metade do século XX, as mulheres passaram a se preocupar mais com sua imagem, devido as novas regras estéticas impostas pelo mercado da moda, e em garantir um papel social que lhes permitisse mascarar sua interioridade afetiva, gerando uma revolução da condição feminina. Essa terceira exigência, os cuidados com sua aparência, gerou mais um tipo de preocupação além do trabalho e da casa, passando a ter uma tripla jornada, ao invés de dupla como no início do século (Roudinesco, 2003).

Houve uma desprivatização da família a partir da segunda metade do século XX devido a transformações no núcleo central da família contemporânea, ocorridas devido às separações e as novas uniões. A chamada família recomposta ou tentacular é diferente da família extensa pré moderna, que foi discutida anteriormente, e da família nuclear, pois em sua composição irmãos não consangüíneos convivem com padrastos ou madrastas, novos companheiros de seus pais, criando vínculos com pessoas que não fazem parte

de seu núcleo original (Kehl, 2003). De acordo com Roudinesco (2003), a família saiu de seu lugar divinizado ou naturalizado para ocupar uma posição mais frágil, neurótica, preocupada em recriar um equilíbrio, mesmo que para isso se construa, se desconstrua e se reconstrua. E os filhos podem ser educados sob a autoridade de dois pais e duas mães, sob o mesmo teto que seus meios-irmãos, sem que sejam mal vistas, como antes eram apelidadas pejorativamente de bastardos, mas, sim, de forma natural, integrados à norma de uma nova ordem familiar recomposta.

Podemos perceber que a sociedade brasileira está passando por um processo de superação de valores que tradicionalmente orientavam o comportamento pessoal e social, e este influi principalmente na dinâmica familiar. Surgiram novas alternativas de conjugalidade e houve transformações nas identidades e culturas de gênero, tais como parcerias homo e heteroeróticas; pactos de abertura nos relacionamentos; casamentos não formais ou com ritual de passagem particular e idiossincrático, moradias separadas etc; modelos de famílias descasadas; na ausência da figura do pai provedor, a mulher é a cabeça da família ou o pai fica em casa cuidando dos filhos em tempo integral e a mãe é quem sustenta a casa. Cinco principais fatores macrossociais contribuíram para essa realidade: transformações no sistema capitalista que, através da expansão de mercado, procura incorporar a todos, inclusive as mulheres, à dinâmica do trabalho, colocando um fim à servidão feminina; a luta pelos direitos civis e pelas minorias (direitos à vida, igualdade, liberdade, propriedade, segurança etc., independentemente de cor, sexo, credo religioso etc.); movimento crescente e contínuo de individualização das mulheres (feminismo e grupos de conscientização de mulheres), concomitante com seu maior acesso ao mercado de trabalho e à escolarização; consequência dessa pressão do feminismo também do desenvolvimento científico – o controle tecnológico da concepção, que tornou possível desvincular a reprodução do exercício da sexualidade, inclusive o peso que ela significava para as mulheres; maior visibilização das alternativas identitárias de gêneros, especialmente homo, bi ou transexuais.

Alguns modelos familiares, então, demonstram fragmentação e multiplicação nas experiências de mundo e de vida privada, assim como demonstram a crescente individualização dos gêneros. Como consequência dessa individualização da modernidade, os relacionamentos sofrem

dificuldades na sustentação de projetos de vida em comum e no planejamento do futuro, mas também aponta a experiência de novas formas de sociabilidade e interação, baseadas em tolerância, sociabilidade e inclusão das diferenças. A partir disso, a escolha e o projeto de manutenção do vínculo amoroso estável demonstram variadas práticas sociais e culturais que dinamizam e pluralizam a experiência cultural e identificatória de gênero. As dificuldades tradicionais dos relacionamentos (problemas econômicos, falta de diálogo, problemas de convivência, rotina, falta de prazer sexual etc) se juntam com as novas dificuldades associadas a perda da estabilidade em uma relação, caminhando para o processo de reconstrução e busca para explorar alternativas para a experiência do outro através das reinvenções criativas do vínculo amoroso. Em tais reinvenções, não são apenas o exercício da intimidade e da privacidade dos parceiros que estão em jogo, mas também a permanência e a estabilidade do vínculo amoroso, pois através disso que se torna possível criar e manter sentimentos de pertencimento, alocação em redes sociais, especificamente as de gênero (Matos, 2000).

7.2 Prostitutas E Sua Família

“Maria de Lourdes de Souza, 32 anos, grávida de oito meses, vende carícias numa calçada escura da capital do Brasil. Cobra R\$ 10, promete paciência e jura que a barriga não lhe atrapalha o ofício. Faz o serviço de olhos fechados, concentra o pensamento no rebento que carrega no ventre retalhado de estrias.”

Anônimo

A imagem de Maria de Lourdes de prostituta e mãe - ao mesmo tempo - ainda é algo que traz certa perplexidade aos olhos da sociedade. Como pode uma garota de programa ser mãe de alguém? Qual vai ser o futuro dessa criança? Será filho de algum cliente ou de um cafetão? Essas são algumas perguntas que pairam na mente de uma sociedade repleta de preconceitos e estigmas sobre a imagem da meretriz.

Ao refletir sobre essas questões, pode-se lembrar Simone Beauvoir (2009), em seu livro *Segundo Sexo*, no qual compara a situação da prostituta em relação a mulher casada, alegando que, do ponto de vista econômico, as

duas têm o ato sexual como um serviço, sendo que a prostituta tem vários clientes e a mulher casada um só. A autora destaca que a grande diferença entre ambas é que a mulher legitimamente casada tem o respeito da sociedade, enquanto a prostituta não tem direito algum, nem como pessoa, tendo em sua imagem o resumo das figuras da escravidão feminina.

No Antigo Regime, durante o qual a Igreja constituiu a luxúria como um recurso perverso para a valorização da fecundidade legítima, criou-se uma diferenciação entre as mulheres de acordo com o seu estilo de vida. A mulher luxuriosa não se prestava a legítima maternidade, pois esta não era concebida dentro do sagrado matrimônio, sendo, portanto, o extremo oposto da santa-mãezinha, não lhe sendo atribuída nenhuma qualidade (Priore, 2009).

DaMatta (1997) expõe a existência de dois tipos de comportamento feminino: o da “virgem-mãe”, mulher capaz de ter sua sexualidade controlada pelo homem a serviço da sociedade, e o da puta, o seu extremo oposto. As duas mulheres são distinguidas pela maneira que usam a sexualidade (sob controle = santificada x autônoma = demoníaca), porém as características maternas estão presentes em ambas.

De acordo com Costa (2004), essa figura lasciva continua ao longo dos séculos. A prostituta do final do século XIX era uma forma “anti-higiênica” de mulher, pois mantinha relações sexuais por dinheiro, se entregava à masturbação, à sodomia e outras práticas pouco convencionais. Além disso, a prostituta era considerada irresponsável com a vida e criação de seus filhos, sendo vista como alguém que toma medidas desumanas com eles, tais como: abortos, abandoná-los nas Rodas, expô-los à imoralidade de suas vidas libertinas, não amamentá-los ou pior, amamentá-los e envenená-los com o leite repleto de doenças venéreas. Cabe lembrar que muitas mulheres de classes altas que tiveram relações sexuais antes do casamento ou, até mesmo, relações extra maritais também colocavam seus filhos nas rodas para manter sua honra social. Além disso, há de se pensar também que a maioria das prostitutas era pobre, tendo poucas condições para se sustentar, menos condições ainda de sustentar filhos. Porém, Beauvoir (2009) declara que:

“Em 1857, Parent-Duchatelet verificara que, em 5000 prostitutas, 1441 tinham sido influenciadas pela pobreza, 1425 seduzidas e abandonadas, 1255 abandonadas e deixadas sem recursos pelos pais. A doença leva muitas vezes à prostituição a mulher incapacitada para um trabalho verdadeiro, ou que

perdeu seu lugar; ela destrói o equilíbrio precário do orçamento, obriga a mulher a inventar apressadamente novos recursos. De igual modo, o nascimento de um filho. Mais da metade das mulheres de Saint-Lazare tiveram um filho pelo menos. Poucas são as que abandonam o filho; e acontece de, para alimentá-lo, se fazerem prostitutas.” (p.738)

Até hoje, as meretrizes ainda não são identificadas como um modelo nos papéis de mãe, esposa e avó, pois devido a sua profissão, as mulheres sofrem muitos preconceitos. Ainda há o pensamento social que a prostituta poderia ter encontrado outro trabalho “mais digno” e que se escolheu fazer da prostituição seu meio de ganhar a vida é considerada pervertida e por isso não é vista como mãe. Fonseca (1996) comenta que muitas mulheres tentam a vida trabalhando em outros empregos antes da prostituição, entrando na mesma devido aos baixos salários pagos. Muitas das garotas do baixo meretrício têm nível de escolaridade baixo e são de origem mais humilde, o que acarreta maior dificuldade de encontrar empregos que lhes possibilitem uma melhor qualidade de vida. A prostituição se torna mais atraente para a mulher jovem e bonita que se insere nesse tipo de necessidade.

Beauvoir (2009) questiona esta questão da seguinte forma:

“Com efeito, em muitos casos, a prostituta teria podido ganhar a vida de outro modo: mas, se o que escolheu não lhe parece pior, não é prova de que tenha o vício no sangue; isso antes condena uma sociedade em que tal profissão é ainda uma das parecem menos rebarbativas a muitas mulheres. Cinquenta por cento mais ou menos das prostitutas foram primeiramente criadas. Exploradas, escravizada, tratada como objeto mais do que como pessoa, a arrumadeira, a criada de quarto, não espera nenhuma melhoria da sorte no futuro (p. 735).”

As garotas de programa utilizam a renda proveniente de seus serviços sexuais no sustento da casa, da família, dos filhos e de suas despesas pessoais, ocorrendo, algumas vezes, a aceitação da família, devido esta ser a principal fonte de renda. As mulheres encontram na prostituição uma remuneração mais alta do que outros tipos de emprego, o que as ajuda a melhorar seu nível econômico, sua qualidade de vida e a vida de suas famílias (Pasini, 2002). O principal motivo pelo início na batalha é a criação dos filhos e o sustento da família, dificultada pela pouca remuneração em outros empregos, que gera uma grande necessidade econômica. Porém, geralmente, elas entram na profissão por opção própria, através de conhecidos e/ou amigas. Muitas vezes, há uma

grande mobilidade de lugar de trabalho, até mesmo de viagens a outros estados, pois nem sempre aquela zona está rendendo bons lucros. Isso se torna mais difícil para mulheres mais velhas e mais envolvidas nos seus papéis de mãe e esposa, que acabam desenvolvendo outras táticas para completar sua renda, tais como mudanças na mesma cidade ou arrumar empregos rápidos como faxinas (Fonseca, 1996).

Bacelar (1982) afirma que a maioria dos filhos das prostitutas é proveniente de relacionamentos amorosos duradouros, casamentos ou uniões estáveis. Quebra a ideia social de que filho de prostituta é fruto de uma aventura e que não sabe sua origem paterna.

Fonseca (1996) enfatiza que a sociedade não consegue enxergar as prostitutas como mulheres que tem vida além da prostituição, dando uma única característica a suas vidas: ritos e práticas envolvidas com relação profissional e sexual. Há uma imagem construída segundo a qual elas trabalham e moram no mesmo lugar e não tem uma vida dita “normal”, com vivências de festas, aniversários, namoros e filhos: a imagem da eterna prostituta. Geralmente, sua imagem, quando associada ao possível papel de mãe, remete a ideia daquela que não dá assistência e que abandona seu filho para outras pessoas criarem. Cabe lembrar que muitas dessas mulheres estão na profissão para conseguir sustento para seus filhos e família, precisando deixá-los com alguém para poderem trabalhar. Muitas mulheres utilizam da prostituição como complementação de sua renda, que nem sempre é satisfatória devido ao seu grau de instrução (Soares, 2010). Esse é o mesmo quadro descrito anteriormente sobre as mulheres que saem de casa para trabalhar nos ditos trabalhos “normais” e moralmente aceitos, e deixam seus filhos com parentes, creches, filhos mais velhos etc. Entretanto, Moraes (1995) enfatiza que além da preocupação com a subsistência, há também o cuidado com o futuro de seus filhos, evitando uma “má formação” devido à exposição excessiva à rua e sem atenção dos adultos. Gabriela Leite em sua entrevista ao programa Roda Viva em 2009 descreve o quanto sofreu ao abrir mão de suas filhas:

“Gabriela Leite: Perdi. Porque quando você se assume, um monte de coisa pode acontecer. Você pode ter o apoio de muita gente como de fato eu tive na vida, muita gente sempre do lado e tal. E o desapoio, se é que existe essa palavra, o desapoio de um grande número de pessoas, inclusive da família muitas vezes. Então é assumir isso, e quando eu perdi

minha filha, uma das filhas eu perdi na Justiça, a outra ficou com a minha mãe. Eu sempre pensei o seguinte: sabe o que acontece? Um dia eu vou ver essas meninas de novo. E pronto. Um dia eu vi de novo, um dia eu convivi de novo, um dia nós voltamos a nos abraçar, a nos beijar, também a brigar, porque assim são as relações.”

Moraes (1995) complementa que muitas prostitutas colocam seus filhos em creches, como instituições educadoras e preventivas aos maus-tratos ou possíveis comportamentos desviantes. Entretanto, devem manter a sua profissão omitida, pois, quando essas instituições descobrem a real profissão da mãe, muitas vezes, negam as matrículas de seus filhos, podendo ter tratamentos discriminatórios ou ainda fazer considerações acusatórias mais diretas à mãe ou à criança.

Em relação às crianças, filhas de prostitutas, a atividade ocupacional da mãe costuma ser algo que as inibe e as constrange, pois quando se conscientizam da mesma e do estigma que a envolve, elas se sentem retraídas de falar sobre esse assunto, tendo consciência virtual do que é ser oficialmente um “filho da puta”. Essa atitude de retraimento não é uma forma de rejeição da mãe e sim uma forma de defesa no relacionamento com a sociedade (Bacelar, 1982). Gabriela Leite prossegue descrevendo esse preconceito:

“O preconceito é extensivo aos filhos. Eu faço muito questão do nome puta, é o que eu mais gosto, aliás, porque eu acho que a gente não pode esconder esse nome e colocá-lo de um modo que um dia fique bonito. Porque as pessoas não se tocam que os nossos filhos são o maior palavrão da sociedade brasileira, eles são literalmente filhos da puta. Então você imagine que para eles o preconceito também é muito grande. E, às vezes, quando eles têm revolta com a mãe, essa coisa toda, dá até para entender, é triste, mas dá para entender. Na escola eles vivem isso, na vida com os amigos, eles vivem isso. As pessoas comentam: “Nossa, sua mãe é puta, é prostituta”. É muito chato, né? Então eu acho que a luta maior é lutar contra esses estigmas todos, contra o nome, a favor dos nomes que a sociedade nos deu. E estar sempre discutindo com os filhos a respeito e nunca se esconder debaixo de uma segunda identidade, porque isso que eu acho pior.”

Gabriela Leite afirma nessa mesma entrevista que as prostitutas geralmente têm famílias extensas e se tornam boas mães e extremamente conservadoras, com o desejo que suas filhas se casem virgens. Moraes (1995) diz que é bastante reduzido o número de prostitutas que não têm filhos e que filhos sempre é assunto das conversas das mulheres.

A profissão da mãe passa a ser um segredo entre a família, que, muitas vezes, não tem a confirmação por parte da mulher, mas desconfia de sua profissão sem confrontar diretamente esse assunto. Os segredos existem como uma forma de esconder uma atitude não aceita pela cultura familiar ou o da sociedade, o que acaba modificando a relação entre os membros do grupo e provocando um sentimento de culpa naquele que tem a posse do segredo (Imber-Black, 1994; Prado, 1996; Carpenter e Treacher, 1993; Falcke e Wagner, 2005). Cervený (1994) aponta que segredos familiares se transformam em mitos, principalmente se esses segredos estão relacionados transgeracionalmente. Ferreira (1963) define os mitos como segredos familiares protegidos por seus membros, que podem ou não concordar com os mesmos, porém devem aceitá-los como um tabu e, assim, manter a identidade familiar. Bucher (1985) e Borzomenyi-Nagy & Spark (1973) complementam que o segredo tem a função de guardar as irrealidades do mito, com a finalidade de preservar os seus aspectos harmônicos, e, quando compartilhado por todos os membros, impedem a desestabilização familiar. Ou seja, o segredo familiar, nada mais é, que um mecanismo que mantém a identidade de crenças e valores de uma determinada família. No caso dos segredos familiares da prostituta, podemos categorizá-los de acordo com as ideias de Karpel (apud Carpenter e Treacher, 1993), em função dos limites que eles criam no sistema de relações familiares: os segredos podem ser individuais – segredos guardados por somente uma pessoa da família - no caso a prostituta esconde da família inteira sua profissão para se proteger de discriminações e retaliações familiares; segredos internos – guardado por pelo menos dois membros da família em relação a um terceiro – a prostituta divide com alguém seu segredo sobre sua profissão até como forma de se sentir mais protegida e menos culpada, mas continua escondendo de outras pessoas, principalmente dos filhos, como uma forma de protegê-los e preservar sua convivência; e segredos compartilhados – toda família sabe, mas não expõe o segredo a outras pessoas que não fazem parte da família – a família preserva o segredo da prostituição para que não haja problemas de preconceito, evitando da mulher ser mal falada pela vizinhança ou por amigo. Além disso, o segredo compartilhado geralmente não é motivo de discussão na família, sendo, muitas vezes, disfarçado dentro da mesma, como se ninguém o soubesse, não somente na frente dos outros, mas como também entre si. Uma forma de prevenir que tal segredo seja quebrado,

muitas vezes essas mulheres preferem alternar os lugares onde trabalham, a fim de evitar com isso o risco de encontrar parentes ou pessoas de seu meio social na zona de prostituição (Soares, 2010).

Como forma de estrutura de auxílio na criação das crianças enquanto trabalham, há a existência de criadeiras, mulheres que criam os filhos de outras mulheres. Geralmente as prostitutas não têm essa disponibilidade por diversos motivos: pobreza, pressão do sistema econômico, o estilo de vida da prostituição, as doenças, as prisões, a informação precária quanto aos métodos anticoncepcionais ou a impossibilidade de usá-los. Apesar de estar inserida no grupo doméstico da criadeira, a criança não perde contato com a sua família de origem. As mulheres que não tem a possibilidade de ter uma criadeira acabam deixando seus filhos aos cuidados de alguns parentes, geralmente com a própria mãe, enquanto vão trabalhar. (Bacelar, 1982).

O autor também destaca que, em alguns casos, a criança vai morar com o pai e a família paterna, o que acaba gerando um rompimento de laços da criança com a mãe e o grupo materno devido aos valores sociais e morais atribuídos a escolha profissional da mãe. Muitas mulheres aceitam esse rompimento por vergonha e medo da censura dos filhos.

Entretanto, a maioria das prostitutas se autointitula como “chefe de família”, pois mesmo tendo um parceiro, nunca estão totalmente liberadas de suas responsabilidades financeiras em relação ao grupo doméstico, que, muitas vezes, incluem parentes e agregados. Segundo Pasini (2000), as mulheres valorizam muito a casa onde moram, comentando orgulhosas sempre sobre as melhorias feitas na mesma, tais como a compra de um móvel novo, uma nova obra ou um novo aparelho de som. Leite (2009) afirma que toda prostituta, ao receber a sua remuneração pelo programa, já imagina quantos tijolos ela vai comprar para fazer ou melhorar a casa dela. Geralmente, as mulheres compram seus terrenos bem distantes da zona em que trabalham e utilizam o dinheiro para construir, culpando-se por qualquer outro gasto que tenham que desvie esse dinheiro. Muitas vezes, o orgulho de demonstrar que foram capazes de comprar uma casa ou fazem alguma melhoria na mesma é sinônimo de ser boa profissional e ter competência em ganhar dinheiro (Pasini, 2000).

Na maioria das vezes a família da prostituta é formada por ela e seus filhos, constituindo uma família elementar. Em alguns casos há formação de família ampliada, a qual é formada por famílias elementares e agregados que

moram na mesma residência (Moraes, 1995). Bacelar (1982) afirma que a família da prostituta apresenta dois tipos de desvios fundamentais da estrutura normativa: ser uma família chefiada por mulher em uma “sociedade de homens” e ser a ilegitimidade sexual dentro de uma sociedade de sexos legítimos. Na prostituição, o símbolo família poderá não existir de forma explícita, mas como sistema, a família encontra-se interiorizada.

Ao se referir sobre maridos, Fonseca (1996) diz que não há muita informação na literatura e geralmente eles são conhecidos como gigolôs. Entretanto, a autora diz que esse pensamento é questionável, pois, em suas observações, ela pode perceber que a vivência das prostitutas em sua casa é a mesma de qualquer mulher, sendo o assunto “prostituição” inadequado para ser debatido, principalmente quando alguém de fora da família estiver presente na situação. Geralmente o parceiro ajuda a cuidar do negócio da família (prostituição) e elas são bastante submissas a eles. Muitas mulheres constroem carreira na prostituição, podendo ter esta como via de ascensão econômica planejada a longo prazo. A maioria das mulheres tem parceiros fixos, morando com elas. É comum esses homens terem empregos irregulares, conseguindo alguns bicos durante um tempo e depois ficam de “folga”, sem ter o que fazer. Nem todos os maridos sabem da profissão de suas esposas, aqueles que sabem acabam a aceitando por ser a principal fonte de renda da casa. Normalmente as queixas dessas mulheres são similares as das de classe popular em geral, envolvendo bebida, violência doméstica, omissão de ajuda financeira em casa, alegando a permanência com os maridos devido aos filhos.

Esses mesmos maridos, porém, têm pontos positivos: são seus companheiros, com quem planejam seu futuro e criam seus filhos. Define-se marido não somente aquele homem com quem tem filhos em comum, mas também aquele com quem se tem uma relação de exclusividade afetiva sem qualquer tipo de remuneração. A traição dos mesmos não está envolvida com a prática da prostituição em si, mas sim com qualquer tipo de manifestação afetiva que apresentar por outro homem. Muitos maridos não aceitam o uso de preservativo, pois usam estes como meio de descobrir se há ou não alguma traição. Elas, na teoria, evitam ter qualquer tipo de assunto com os fregueses além do “contrato sexual do programa”, mas para preservar aquele cliente potencial, elas tentam estabelecer um laço de afetividade, deixando sempre subentendido que a relação só dura enquanto for paga. A autoridade no grupo

doméstico depende de vários fatores, sendo a paternidade legítima do parceiro o principal fator. Caso o cônjuge seja o pai das crianças, haverá uma maior autoridade dele, além de um maior envolvimento na resolução dos problemas da família, de cada indivíduo ou de grupos estranhos em relação à família (Bacelar,1982).

Gaspar (1985) acrescenta que algumas mulheres deixam a zona durante o período de ligações afetivas estáveis, quando o homem tem condições de sustentar o casal e pretende que ela largue a profissão. Soares (2010) complementa que na Vila Mimosa é comum uma mulher sumir por uns tempos da prostituição por ter se casado, o que caracteriza o casamento como uma opção salvadora de reintegração da mulher da “rua” à mulher do “lar”. Existem diferenças claras nos padrões de comportamento entre ter um relacionamento com uma mulher sem o exercício da prostituição e depois que ela assume este papel. Anteriormente à prostituição, a residência é comum a ambos e ser fiel significa não ter relações com outras pessoas. Durante a prostituição, os padrões morais que norteiam a união e a fidelidade são muito rígidos. Não se pode ter maiores amizades nem com homens nem com mulheres, não pode sair para beber e nem trair, regras que se desrespeitadas, constituem em motivo para separação, brigas ou até morte. Fonseca (1996) alega que o marido das prostitutas, muitas vezes, tenta manipular a convivência da mulher na prostituição, não somente com os clientes, mas também com suas colegas de trabalho, devido ao receio da mulher se tornar desrespeitosa e independente dele. Porém essas mulheres não são vistas, ainda hoje, como ideais para um relacionamento duradouro. Em uma pesquisa feita por Dalla (2001), as garotas disseram que a maioria dos relacionamentos que tiveram, foi rápida, sem hesitação nem planejamento futuro. Já com relação a namorar, as meninas tentam ter um cotidiano igual ao de qualquer outro casal, frequentando festas, cinemas, bares e boates, e separando as noites de “folga” das de trabalho. Porém, a profissão delas é um complicador para estabelecer relacionamentos amorosos, pois muitos homens não aceitam a profissão, principalmente por ciúmes pelo fato de estarem com outros homens. Muitas mulheres, de acordo com Morais (1995), se declaram solteiras, separadas ou que tem preferência por viver sozinha, já que alguns arranjos familiares podem lhe custar bloqueios na sua autoridade de chefe de família ou de liberdade em suas atitudes diárias. Nesses casos, as garotas tentam demonstrar que as

relações com namorados e clientes é diferente, sobretudo nas relações sexuais e em alguns consentimentos em relação a carícia no corpo (Pasini, 2000). Leite (1992) descreve essa separação:

“Prostituta é muito ciumenta. Amor é amor. Freguês é freguês. Não há mistura. Mesmo quando acontece o gozo, quando pinta um cara com as mesmas fantasias que você e isso acontece, é como um acidente de trabalho. Não tem essa de se envolver. Eu sou radical nessa de separar profissionalmente o que é freguês do que é o meu homem. Nunca dormi com freguês. Mesmo que pague pela noite toda, não durmo, não gosto. Beijo na boca também não, beijo na boca só com namorado. Na prostituição tem tabela para tudo, menos para beijo na boca, que não tem preço. E não é por preconceito, é por ética profissional. (p.14)”

Pasini (2000) complementa que nos relacionamentos afetivos das prostitutas observadas por ela, a prática sexual não era peça fundamental na relação, muitas vezes as prostitutas ressaltam que o sexo deve ser deixado como a última das ações, e assim, evitando de serem usadas somente sexualmente por eles.

Entretanto, é importante destacar que há algumas prostitutas que são homossexuais ou bissexuais, e não justificam sua orientação sexual pelo fato de desprezar os homens e de enjoar de estar com eles, pois se isto fosse motivo, todas as prostitutas seriam lésbicas. Porém, cabe pensar que este contato permanente com os homens e o tipo de relação que estabelecem com os mesmos pode ser um dos porquês de suas escolhas (Pasini, 2000). Beauvoir descreve essa preferência (2009):

“Vê-se que a amiguinha desempenha mais ou menos o mesmo papel que a amiga íntima para a mulher honesta confinada entre mulheres: é uma companheira de prazeres, é com ela que as relações são livres, gratuitas, e que, por conseguinte, podem ser desejadas; cansada dos homens, enojada deles ou desejando uma diversão, é nos braços de outra mulher que muitas vezes a prostituta procura relaxamento e prazer. A cumplicidade, que une imediatamente as mulheres, existe mais fortemente nesse caso do que em qualquer outro. Pelo fato de suas relações com metade da humanidade serem de natureza comercial, pelo fato de o conjunto da sociedade as tratar como párias, as prostitutas tem entre si uma solidariedade estreita.” (p. 743)

Uma categoria de parceiro que deve ser abordada é a conhecida pelas mulheres como os “velhos”. A maioria das prostitutas tem como ideal arrumar

um velho, um cliente que vira freguês, que lhes dão além do pagamento frequentes a presentes, tais como utensílios domésticos, joias, cestas básicas e até uma casa. Não se deve confundir, porém, o velho com um marido, pois velho é um homem que sofre a ilusão de ter privilégios e ser único na vida daquela mulher, mas ela só está com ele devido à ajuda que ele lhe dá. O velho, portanto, é uma figura que deve ser enganado e explorado, porém é através dele e de seus presentes que as prostitutas podem construir um patrimônio. Embora possam existir laços afetivos e respeito mútuo, a atitude pública em relação ao velho é expressa pelo desprezo. A autora lembra que em pesquisas anteriores feitas com mulheres não-prostitutas de famílias de bairros populares, os “velhos” também são comuns: casam-se com eles para conseguirem uma melhoria na vida, o conhecido o golpe do baú (Fonseca, 1996).

Já em relação à família de origem, Freitas (1985) afirma que esta é identificada como moralidade, pois esta instituição passa a ser o único ambiente fora da prostituição em que a prostituta tem a possibilidade de negociar uma identidade ou um status que não incorpore a sua condição moralmente precária. DaMatta (1987) confirma que a família é mais do que uma instituição social capaz de ser individualizada, constituindo um valor. A sociedade brasileira, portanto, valoriza e institucionaliza a família, dando a ela a função de grupo social e também de rede de relações. De acordo com Cervený e Berthoud (1994), os valores familiares são fatores da vida – tais como segredos, tabus, mitos, crenças, rituais, cerimônias - que correspondem à ideologia do sistema família. O conceito de valor se relaciona aos aspectos que a família ou grupo social se preocupam em transmitir aos seus descendentes. Os valores morais que norteiam a conduta dos componentes do grupo familiar implicam em atitude discriminatória em relação à prostituição. A maior ou menor ligação da família com as meretrizes tem por base os vínculos econômicos, as necessidades e as formas de auxílio. O parentesco apresenta-se como uma rede de relações interpessoais de maior significado para amizade, solidariedade e cooperação (Freitas, 1985). DaMatta (1987) ressalta a importância de ter uma família:

“Pertencer bem ou mal a uma “família” é mais significativo do que ter um elo com pessoas e instituições: de fato, esse pertencer é tão crítico que vale por uma classificação social. (...) Quem faz parte de uma família sem “eira nem beira” encontra dificuldades ao realizar certas coisas em

determinados ambientes, no caso brasileiro. (...) Quem não tem família já desperta pena antes de começar o entrecho dramático; e quem renega sua família tem, de saída, a nossa mais franca antipatia.” (p.125)

Bacelar (1982) afirma que uma boa parte das mulheres prostitutas mantém contato frequente com sua família. Porém, para a maioria das mulheres, este contato pode não existir devido à vergonha da mulher por sua escolha profissional ou pelos motivos e formas desagradáveis que a fizeram sair de casa. Para as que mantêm contato, os parentes são o grupo que lhes possibilita a integração moral, além de ser uma possibilidade de manterem laços de convivência, solidariedade e cooperação, um sentimento de família que alivia o sentimento de mercadoria atribuído pela prostituição. Segundo Landim et al. (2004), famílias de baixa renda, nas quais há uma boa estruturação, há o reforço no sentimento de pertença, sobressaindo que o bom relacionamento com os pais e irmãos garante ao indivíduo um conjunto de referências positivas, que podem estimular a busca de soluções de problemas que vão surgindo nos diferentes ciclos da vida familiar.

Entretanto, um relacionamento turbulento com a família de origem é visto como uma das causas da prostituição. O ciclo vital, que representa o processo evolutivo pelo qual o indivíduo e sua família passam ao longo da vida, envolve etapas com problemas e tarefas específicas a serem cumpridas, que administrados adequadamente, promovem o bem estar e o crescimento. A partir do momento que essas tarefas não são realizadas, ou seja, que essa dinâmica familiar é interrompida pode desencadear problemas de ordem física ou psicológica. Os relacionamentos conflituosos, a violência no interior da família, a ausência do vínculo familiar, a desvalorização do vínculo afetivo, a corrupção, omissão ou falta de preparo e estrutura operacional por parte das autoridades, a precoce erotização de crianças favorecida pelos meios de comunicação de massa, ausência ou abandono dos pais, o autoritarismo, o uso de drogas, fatores culturais, entre tantos outros fatores, são considerados como o início para a busca pela prostituição (Soares, 1999; Vasconcelos, 1990). O uso de álcool e de drogas é um fator desagregador familiar, sendo mais comum entre os homens, e geralmente é o elemento estimulador para atos mais extremos, como a violência doméstica. Os vínculos ficam abalados, levando a uma ruptura na dinâmica familiar (Zuse, Rossato e Backes, 2002).

Conforme foi observado nesse capítulo, a família da prostituta não se difere de uma família “convencional” em termos de estrutura e organização. A mulher mantém a casa com seu trabalho, tendo ou não ajuda de um marido, sustenta seus filhos e deseja o melhor para eles. A principal diferença está no trabalho exercido por essa mulher, que não é considerado digno pela sociedade que a circunda. Portanto, deve-se ressaltar que a prostituição tem o status estigmatizado, é alvo de repressão policial e censura pelo senso comum, não sendo considerada como uma profissão “como outra qualquer”. A partir desse estigma, a prostituta ganha outro estereótipo: mãe irresponsável e pervertida, que passará más influências aos seus filhos ou que os abandonará com outras pessoas. Fonseca (1996) enfatiza que a maioria das mulheres que trabalham no baixo meretrício são mães, boa parte já é avó. Algumas deixam seus filhos com as avós para criá-los; a maioria está vivendo com parte ou com toda a sua prole e pegam filhos adotivos para criar. Foi visto que deixar filhos com alguém ou alguma instituição é uma atitude da mulher contemporânea, pois ela precisa trabalhar para ter o sustento dela e da família. É de surpreender que estas mulheres, ditas de má índole, adotem crianças, pois isso reflete o extremo oposto do preconceito estabelecido: além de não abandonarem seus filhos, ainda pegam para criar outras crianças.

Outro estereótipo a ser desmistificado é o do marido ou companheiro da prostituta, que muitas vezes é visto como gigolô. Apesar de poder existir esse tipo que quer somente se aproveitar do dinheiro da mulher, existem maridos que somente aceitam essa posição devido a extrema necessidade financeira em que vivem e também aqueles que não sabem da profissão da esposa. Alguns querem que ela saia desta vida para algo mais “digno”; outros, ajudam a administrar o negócio.

Deve-se deixar claro que a mulher prostituída tem sua família em um lugar de destaque, do qual ela separa seu meio profissional e tenta estabelecer uma vida normal. A família tem um valor moral, na qual ela tenta estabelecer uma identidade real, diferente da prostituição, onde ela cria uma nova identidade para aquele meio, a fim de separar efetivamente sua vida pessoal daquela vida profissional.

Portanto, a vida familiar da prostituta é campo difícil de se penetrar devido a essa extrema proteção e separação imposta pela mulher, sendo um assunto bastante delicado de ser conversado e de saber informações. Além

disso, é um aspecto de pouco interesse para pesquisadores, existindo pouquíssimas referências no assunto.